



LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

RURAL CREDIT LINE: AN EXPLANATION ABOUT THE AGROAMIGO PROGRAM FOR FAMILY FARMERS PART OF THE NATIONAL PROGRAM FOR STRENGTHENING FAMILY FARMING (PRONAF)

315

Gabriel Almeida MILHOMEM¹

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: gamillhomem@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0006-3074-5953>

Matheus Miranda MARINHO¹

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: matheusmirandadm@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-4453-1140>

Carlos Cicinato Vieira MELO²

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: Carlos.melo@unitpac.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5203-0215>

José André JUNIOR²

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: jose.junior@unitpac.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0008-1119-7685>

Nícolas Oliveira de ARAÚJO²

Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (UNITPAC)

E-mail: Nicolas.araujo@unitpac.edu.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2246-0457>

¹ A Acadêmico de Engenharia Agrônômica; Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – UNITPAC; Av. Filadélfia, 568; Setor Oeste; CEP: 77.816-540; Araguaína - TO. Email: gamillhomem@gmail.com; matheusmirandadm@hotmail.com.

² Professor de Engenharia Agrônômica; Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – UNITPAC; Av. Filadélfia, 568; Setor Oeste; CEP: 77.816-540; Araguaína - TO. Email: Nicolas.araujo@unitpac.edu.br; Carlos.melo@unitpac.edu.br; jose.junior@unitpac.edu.br.

RESUMO

Os governos de várias partes do mundo têm buscado implementar políticas públicas visando reduzir os indicadores de pobreza rural. No Brasil, além das exitosas políticas de transferência de renda, ganha relevo a partir dos anos 2000 iniciativas de apoio microfinanceiro às famílias de baixa renda do campo. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar o Programa de Microcrédito Rural Agroamigo destinado a agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e sua contribuição na melhoria da renda e qualidade de vida dos beneficiários. O Agroamigo consiste num programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste que serve como suporte para alterar o perfil social e econômico do pequeno produtor rural, interferindo também na sua qualidade de vida, fazendo uso da concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento, em algumas oportunidades a presença de profissionais da área nas próprias localidades dos pequenos produtores. A metodologia quanto aos meios, seu procedimento foi bibliográfico, com ênfase em publicações nacionais, em livros, revistas, artigos, e arquivos históricos. Entretanto, a pesquisa empreendida indica que o AGROAMIGO apresenta alguns entraves de governança que limitam seus efeitos socioeconômicos. Entre esses entraves, destaca-se o número reduzido de assessores/operadores de crédito que não conseguem atender o potencial de demanda existente. Outro limite observado é que os investimentos têm se concentrado predominantemente nas atividades pecuárias, mesmo quando se apresentam localmente possibilidades de outras atividades agrícolas e não agrícolas, que, além de diversificar fontes de rendimento das famílias, poderiam contribuir para a sua segurança alimentar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pobreza Rural. Microcrédito Produtivo.

ABSTRACT

Governments in various parts of the world have sought to implement public policies aimed at reducing rural poverty indicators. In Brazil, in addition to successful income transfer policies, since the 2000s, microfinance support initiatives for low-income

LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Gabriel Almeida MILHOMEM; Matheus Miranda MARINHO; Carlos Cicinato Vieira MELO; José ANDRÉ JUNIOR; Nicolás Oliveira de ARAÚJO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MAIO - Ed. 62. VOL. 02. Págs. 315-335. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

rural families have gained importance. In this sense, the objective of the present work is to analyze the Agroamigo Rural Microcredit Program for family farmers included in the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) and its contribution to improving the income and quality of life of the beneficiaries. Agroamigo consists of a rural microcredit program run by Banco do Nordeste that serves as a support to change the social and economic profile of small rural producers, also interfering with their quality of life, making use of the granting of financing for the rural area, adopting its own methodology. service, in some opportunities the presence of professionals in the area in the localities of small producers. The methodology regarding the means, its procedure was bibliographic, with emphasis on national publications, books, magazines, articles, and historical archives. However, the research undertaken indicates that AGROAMIGO has some governance obstacles that limit its socioeconomic effects. Among these obstacles, the reduced number of advisors/credit operators who are unable to meet the potential of existing demand stands out. Another limit observed is that investments have been predominantly concentrated in livestock activities, even when there are possibilities for other agricultural and non-agricultural activities locally, which, in addition to diversifying sources of income for families, could contribute to their food security.

Keywords: Family Farming; Rural Poverty; Productive Microcredit.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do Século XX, as políticas de microcrédito passaram a ganhar maior força em vários países da África, Ásia e América Latina, objetivando servir de suporte as parcelas mais carentes da população que, de outra forma, devido a lacunas de mercado, não são capazes de ter acesso ao sistema financeiro que a maioria tem.

O verdadeiro sentido dessa situação é que diante das condições de acesso a pequenos montantes de dinheiro e com encargos bem abaixo, poderia ser implementada a capacidade empreendedora desses montantes nos grupos carentes

fomentando atividades produtivas capazes de melhorar suas condições socioeconômicas, gerando alguma renda (Santiago, 2014).

O Brasil tem se destacado diante desse cenário por possuir dois importantes programas de microcrédito, e os mesmos são sediados na própria região Nordeste (Cacciamali; Matos; Macambira, 2014). O primeiro deles é o CREDIAMIGO, que tem como foco o atendimento à população urbana. Por outro lado, existe o AGROAMIGO, que foi criado no ano de 2005, e consiste no atendimento mais ampliado, ou seja, agricultores pobres nordestinos, e mais recentemente, consegue atender também outros agricultores familiares com faixa de renda superior.

O chamado crédito ágil, oportuno e que se encaixa com as necessidades de seus tomadores é visto como um importante instrumento para auxiliar no desenvolvimento econômico e social, pois contribui diretamente na geração de mais oportunidades de crescimento, ocupação e renda.

Conforme Araújo (2018), uma das vantagens mais promissoras do microcrédito em seu aspecto de política social é que ele consegue criar incentivos para seu cliente, e este fica oportunizado para desenvolver atividades produtivas e poder pagar sua dívida, e ainda tendo a possibilidade de conseguir aumentar a sua renda.

Alguns estudos realizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) divulgam estimativas interessantes a respeito do potencial de mercado brasileiro de microcrédito, onde foram descobertos 9,5 milhões de pequenos empreendedores e cerca de 13 milhões de pessoas que ainda não tem alcançado o crédito junto ao sistema financeiro tradicional. Assim, o microcrédito aparece como principal alternativa para os pequenos empreendedores (Brito, 2017).

O Crediamigo, porém, somente contempla o setor urbano, e faltava alcançar e atender a parcela da população que residia na área rural. Dessa forma, em 2005, o BNB criou o Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), que tem como base o Programa Crediamigo, mas que tem a necessidade de algumas adaptações para o setor rural.

O AGROAMIGO tem crescido muito em sua base social, na proporção em que substituiu o PRONAF B quase que completamente, assegurado adimplência superior

ao obtido em outras modalidades, mas não tem sido determinante para promover mudanças interessantes no espaço rural nordestino. Nesse sentido, os resultados do Programa passam a ser limitados devido ao isolamento institucional do seu principal gestor (BNB), não tendo a oportunidade de aproveitar parceiros importantes no plano local, bem como a necessidade de integração com outras políticas públicas indispensáveis para mudanças significativas na vida das pessoas no meio rural.

O objetivo do trabalho consiste em analisar o Programa de Microcrédito Rural Agroamigo destinado a agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e sua contribuição na melhoria da renda e qualidade de vida dos beneficiários.

A justificativa pela elaboração e desenvolvimento dessa temática consiste no fato de conhecer a área de atuação, saber seus limites e principalmente ter a ideia geral dos impactos do programa de Microcrédito Rural Agroamigo na vida das pessoas.

A abordagem nesta pesquisa tem como estrutura predominante o tipo qualitativo, visto que a pesquisa busca realizar o resultado de indagações. Quanto aos fins esta foi empregada a pesquisa exploratória, tendo como princípio buscar a familiaridade e proximidade com o problema, visando encontrar possíveis soluções. Quanto aos meios o procedimento da pesquisa foi bibliográfico, com ênfase em publicações nacionais, em livros, revistas, artigos, e arquivos históricos.

Percebe-se que mesmo buscando o ponto de vista social na pesquisa o levantamento bibliográfico é essencial como base para construção e embasamento para encontrar o resultado da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Microcrédito: Conceitos e Características

No que diz respeito as estratégias de combate à pobreza, o microcrédito tem funcionado como elemento financeiro e eficiente capaz de contribuir para minimizar esse fenômeno. Em outras palavras o microcrédito trata-se de um financiamento oferecido aos microempreendedores para investirem, de maneira exclusiva, no processo produtivo, objetivando maximizar seus negócios na sua fase inicial, dando

uma impulsionada. Em outras palavras, esse recurso, em momento algum, pode ou deve ser usado para o consumo próprio dos agentes econômicos deficitários (Carvalho, 2020).

Segundo Mota e Santana (2011), essa metodologia tem como fundamento principal o fator confiança entre os membros do grupo. A dinâmica funciona através de um grupo de agentes deficitários que se apresentam com objetivos em comum: concessão de crédito para impulsionar seu empreendimento.

Para esses autores, o respaldo financeiro encontra-se baseado na confiança que deve existir entre os componentes do grupo, assim, se um não conseguir cumprir com o pagamento do seu débito todo o grupo acaba sendo penalizado. Dessa maneira, acredita-se que o número de inadimplentes seja bem menor, uma vez que cada membro do grupo responde como um fiador dos demais, gerando uma responsabilidade maior ainda (Mota; Santana, 2011).

A ideia de microcrédito é direcionada aos microempreendedores que atuam tanto de maneira formal como informal, cujo acesso ao sistema financeiro tradicional acaba sendo bastante criterioso e complexo para essas pessoas que buscam montar ou ampliar seu negócio e precisam de uma ajuda de instituição bancária. Sendo assim, trata-se de um instrumento direcionado e que provoca a inclusão social de uma camada específica da população que está distante daquilo que os bancos tradicionais pensam sobre clientes ideais, mas que tem alguma atividade produtiva e que precisa de financiamento para o desenvolvimento do seu negócio e ampliação dos seus serviços e diversidade de seus produtos (Carvalho, 2020).

Dessa forma, cresce o número de desempregados no país em decorrência da insolvência das empresas onde prestavam seus préstimos profissionais. Isso, segundo Brito (2017, p. 13) “gera consequências negativas nos mais diversos setores básicos como saúde, educação e moradia que parcela significativa da população não tem acesso em virtude da grande massa viver à margem do capitalismo”.

Esse é o principal fator que contribui substancialmente para o elevado número de desempregados, pela maior parte da população não possuir qualificação profissional, pela falta de condições para adquiri-la para poder enfrentar em

igualdade o ingresso no mercado de trabalho e garantir condições dignas de sobrevivência (Guedes, 2016).

Em mercado de trabalho bastante competitivo, assinalado pelas profundas desigualdades e onde impera o poder, a maneira como foi orientada e executada a reorganização da política econômica brasileira a partir dos anos 90, trouxe efeitos negativos no sistema nacional de trabalho (Maia, et al, 2012).

Todavia, se por um lado, foi registrado um grande aumento das taxas de desemprego e de precarização dos postos de trabalho, o que, interfere diretamente na insuficiente estrutura de seguridade social que ocorria na época, torna-se uma situação insuportável para os trabalhadores. Por outro lado, num ambiente em que o desemprego preocupa bastante, por consequência, aumenta ainda mais a distância de poder em favor do lado da demanda no mercado de trabalho, houve profundas alterações nas relações de trabalho (Carvalho, 2020).

De fato, a partir de meados dos anos 90 vivenciou no Brasil uma acentuada crise de desempregos com taxa alarmantes que segundo dados do IBGE/2001 essas taxas saltaram de 3,5% no final dos anos 80 para 8% no ano de 1999, assim via-se claramente a precarização das condições de trabalho (Guedes, 2016).

Deste modo, as elevadas taxas do desemprego serviram de base para o aumento do mercado informal, cujos trabalhadores que perderam seus empregos formais, sem perspectivas de voltar ao mercado de trabalho formal a curto prazo migraram para a informalidade. Brito (2017, p. 2) chama a atenção para o fato de que “ao mesmo tempo em que o setor informal cresce complexifica-se sua relação com o setor formal”.

O microcrédito tem em seu bojo algumas peculiaridades que o diferencia da forma tradicional de concessão de créditos. Segundo Brito (2017), essas características são: i) público-alvo; ii) finalidade; e iii) montante.

Nesta direção, o público alvo são aquelas pessoas que se encaixam como pessoas pobres, onde buscam montar ou ampliar seu negócio com o objetivo de alavancar as suas atividades, mesmo que com uma quantidade de recursos pequena.

Mota e Santana (2011) acreditam que devam funcionar mais ações peculiares a fim de atingir o público alvo. Pode-se mencionar alguns métodos utilizados com esse

fim, são eles: i) a busca constante da minimização da burocracia; ii) ausência de garantias reais; e iii) a prática do marketing direto, caracterizado pela visita dos representantes das instituições fornecedoras de créditos à residência ou estabelecimento comercial do cliente.

Além disso, outra variável que deve ser ressaltada, pois representa um problema para aqueles que tomam o empréstimo, são os juros. Nesse sentido, as instituições financeiras se concentram nas condições de financiamento onde os juros devem ser subsidiados, para que não seja visto como um dos principais entraves para o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos daqueles que realmente precisam (Mota; Santana, 2011).

Portanto, Alice e Ruppenthal (2012) confirma que o microcrédito desempenha o papel de contribuir para que o indivíduo consiga desenvolver seu capital humano, e não somente o capital monetário e associa o microcrédito a uma ferramenta e uma alternativa ideal para se libertar das condições de pobreza e atingir a dignidade, o respeito e uma melhor qualidade de vida.

Microcrédito no Brasil

A primeira experiência de microcrédito no Brasil foi a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), criada em 1973. Conforme Amaral (2005), o objetivo na época estava em apoiar micro e pequenos empreendimentos da Região Nordeste, proporcionando financiamento e capacitação gerencial.

Os primeiros recursos foram oriundos de doações internacionais, logo depois foram sendo incrementados por outras linhas de crédito. Além disso, acompanhado da concessão do crédito, a UNO promovia a capacitação dos seus clientes sobre temas básicos de gerenciamento. A UNO financiou milhares de pequenos empreendimentos em Pernambuco e na Bahia, conseguiu formar dezenas de profissionais especialistas em crédito para atuar no setor informal e, durante muitos anos, foi reconhecida como a principal referência para a expansão dos programas de microcréditos na América Latina (Carvalho, 2020).

No ano de 1986, foram criados o Banco do Microcrédito, tendo como sede o Paraná, e o Promicro, no Distrito Federal. No de 1987, por meio da experiência

adquirida pela Acción Internacional e de organizações não-governamentais colombianas, as metodologias implementadas pelos grupos solidários que utiliza o aval solidário acabaram sendo usadas no Brasil e foi criado o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (Ceape/RS), sendo implantada sob a forma de organização não governamental e considerada a primeira organização formal que atuava no microcrédito (Guedes, 2016).

Na década de 1990, deu-se o início no processo de expansão do setor de microfinanças no Brasil, e que foi motivado principalmente pela estabilização monetária que ocorreu a partir de 1994 devido ao Plano Real, mas que contribuiu diretamente para um aumento considerável da demanda por microcrédito, melhoria nas opções institucionais envolvidas com as microfinanças e início da construção de uma regulação da atuação do setor de microfinanças no Brasil.

Dando continuidade a década de 1990, surgiram algumas políticas públicas direcionadas para a concessão de microcrédito. Segundo Silva (2007), a primeira experiência de microcrédito como ação pública de microcrédito produtivo orientado foi o Prorenda-CE, devido a um acordo bilateral entre o governo do Ceará e o governo alemão, tendo como funcionamento o período de 1990 a 1997. O objetivo principal do programa consistia em melhorar a geração de emprego e renda, através de assistência técnica e financiamentos.

No ano de 1994, foi criado o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), tratava-se em conceder crédito, ao mesmo tempo em que oferecia capacitação gerencial e acompanhamento técnico aos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais (Carvalho, 2020).

A Instituição Comunitária de Crédito Portosol teve seu início no ano de 1995 com o objetivo de fornecer crédito de forma facilitada, eliminando processos burocráticos, além da rapidez e taxas baixas aos pequenos empresários, informais ou não, como forma de fomentar o desenvolvimento de Porto Alegre – RS e de outros municípios do Estado.

Ainda no ano de 1995, foi criado o Sistema Cresol, que é uma iniciativa empreendida por organizações não governamentais e entidades de representação

social da agricultura familiar no Sul do Brasil auxiliando de maneira exclusiva esses agricultores. A área de abrangência do Sistema Cresol diz respeito a 220 municípios nos três estados da região Sul.

Os objetivos do Sistema Cresol consistem em promover o fortalecimento e estimular as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares proporcionando a estes um crédito para tal fim, de maneira que contribuam com o desenvolvimento de suas comunidades.

Diante de toda essa movimentação o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acabou entrando nesse mercado, porém, isso ocorreu apenas em 1996, ao criar o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP). O objetivo do programa seria disponibilizar linhas de crédito baratas e de longo prazo para instituições de microcrédito brasileiras.

Brito (2017) cita outro exemplo relevante, quando a pioneira do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), lançou o programa Crediamigo no ano de 1997, onde entrou de vez na concessão de microcrédito com o objetivo de descentralizar a atuação do banco, buscando melhorar o desenvolvimento local sustentável.

Portanto, o microcrédito segue cada vez mais sendo explorado por bancos privados, pois é comprovado seu sucesso diante dos programas dos bancos federais e estaduais.

O Programa de Microcrédito Rural (AGROAMIGO)

O Agroamigo é considerado um programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e que tem proporcionado inúmeras mudanças no estilo de vida das pessoas que aderem a ele. O programa foi lançado e já funcionava por meio de suas primeiras operações em 2005 com foco no combate à pobreza rural e tentar disponibilizar dois problemas das linhas de crédito existentes na área de abrangência do semiárido brasileiro: a inexistência das outras operações de financiamento e as altas taxas de inadimplência dos produtores beneficiados (Aquino; Bastos, 2015).

A clientela do Agroamigo é formada quase que em sua totalidade pelos agricultores familiares pobres que ficam enquadrados no Grupo B do PRONAF

(BACEN, 2013). Diante disso, para conseguir os financiamentos, os produtores precisam comprovar algumas informações importantes, como por exemplo:

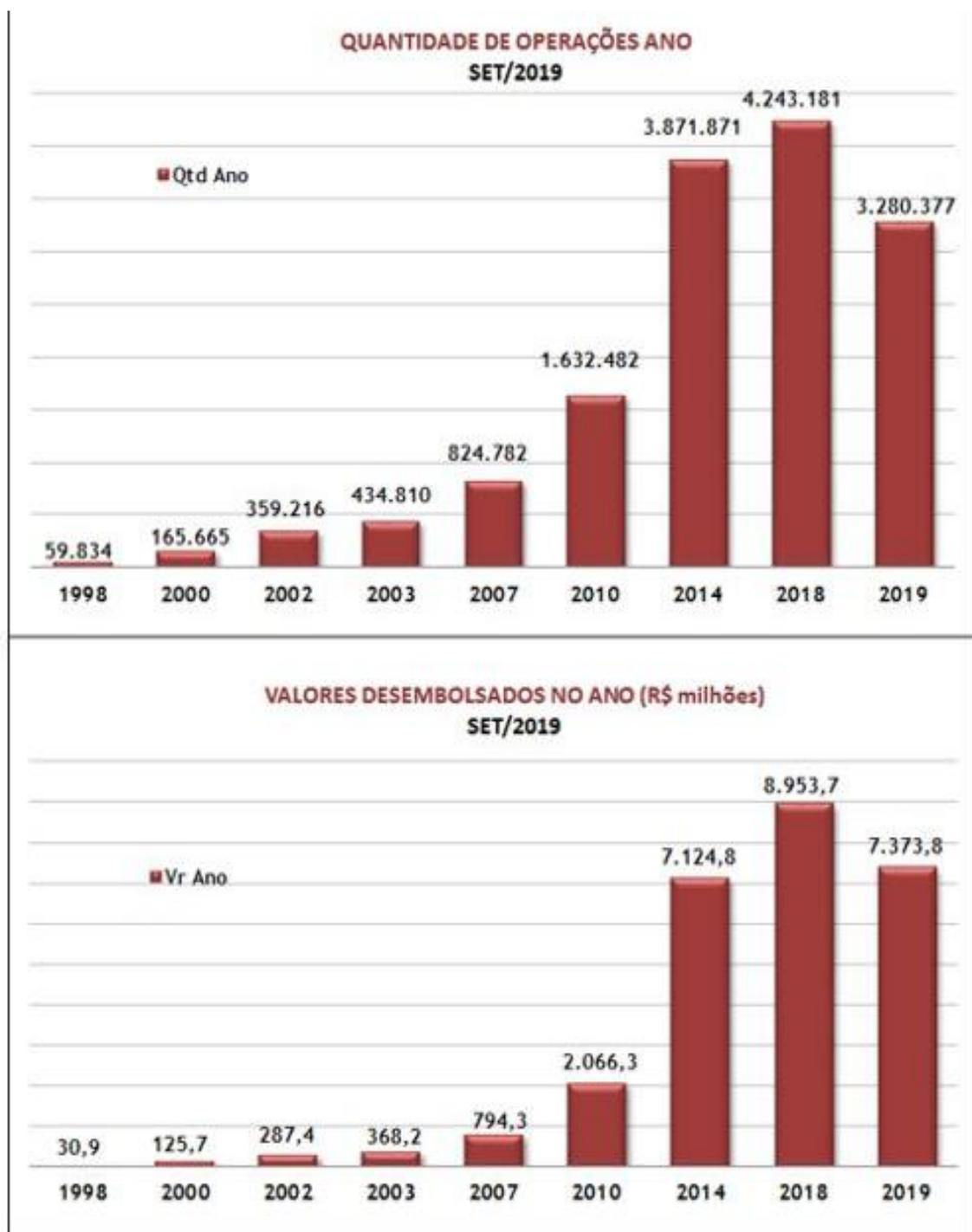
- i) exploram parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros;
- ii) residem na propriedade ou em local próximo;
- iii) detêm área de terra de no máximo quatro módulos fiscais;
- iv) utilizam o trabalho familiar como base da exploração de sua propriedade;
- v) obtêm no mínimo 50% de sua renda bruta anual da exploração agropecuária ou extrativista; e
- vi) possuem renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil (BACEN, 2013).

Se as pessoas que precisam do crédito conseguirem cumprir com os critérios exigidos, os beneficiários do programa podem contratar operações de até R\$ 4.000,00 sempre com o objetivo de investir em suas atividades laborais. Os contratos são subsidiados com base na taxa de juros de 0,5% a.a. e tem como prazo para ser quitados o período de dois anos. O produtor beneficiado conta ainda com um rebate (desconto) de 25% se conseguir cumprir com os pagamentos em dia (Aquino; Bastos, 2015).

Os empréstimos obtidos têm como objetivo ajudar no desenvolvimento de atividades produtivas geradoras que venham a gerar renda no campo ou em áreas urbanas próximas as suas pequenas propriedades, em hipótese alguma para atender a interesses pessoais. Essas atividades podem ser agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias mais que são desenvolvidas no meio rural, podendo ser o turismo, pesca, agroindústria, artesanato, comércio e serviços, etc.

Alguns números de 2019:

Figura 1: Agroamigo e algumas contratações.



Fonte: Aquino e Bastos (2015, p. 148).

Um objetivo bem interessante do Agroamigo consiste em operar de forma descentralizada diretamente nas comunidades rurais onde os próprios produtores moram de baixa renda, promovendo um atendimento personalizado e mais próximo

LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Gabriel Almeida MILHOMEM; Matheus Miranda MARINHO; Carlos Cicinato Vieira MELO; José ANDRÉ JUNIOR; Nicolás Oliveira de ARAÚJO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MAIO - Ed. 62. VOL. 02. Págs. 315-335. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

a essas pessoas, ou seja, os assessores de microcrédito rural são deslocados até os produtores rurais, até como uma forma de monitoramento (Aquino; Bastos, 2015).

O chamado assessor de microcrédito rural é um profissional bem treinado e qualificado na área de gestão de negócios rurais e que tem como características a habilidade de promover e facilitar o diálogo entre os produtores e o banco, eliminando essa figura da burocracia, permitindo que aconteça uma maior fluidez na liberação dos recursos ofertados (Carvalho, 2020).

A atuação desses profissionais é de suma importância para que a metodologia do Agroamigo funcione de fato. Além de elaborar as propostas de crédito, eles estão presentes também na liberação dos empréstimos, fazem visitas aos estabelecimentos rurais e comprovam tal atividade, e, caso seja necessário, também fazem o trabalho de cobrança dos contratos que estiverem em atraso, contribuindo para diminuir a inadimplência.

Nesse entendimento, pode-se afirmar que um dos pontos positivos do Agroamigo é que quase metade de suas aplicações no campo nordestino tem sido concentrado as mulheres agricultoras, alcançando a marca de 47,63% dos contratos efetivados entre 2005 e 2014 (Aquino; Bastos, 2015), isso mostra a força da mulher na participação da economia no meio rural.

A presença em maior quantidade do público feminino entre os beneficiários do programa eleva a possibilidade de investimentos nos pequenos sítios e conseqüentemente interfere diretamente em uma maior valorização das mulheres no âmbito domiciliar e sendo participantes de negócios da família. Além disso, os contratos elaborados pelas agricultoras acabam contribuindo para aumentar ainda mais as chances de diversificação das fontes de renda dentro dos estabelecimentos produtivos, haja vista, as mulheres apresentam maior habilidade para desenvolver atividades não agropecuárias, um exemplo bastante comum é a prática do artesanato (Brito, 2017).

Importante é perceber que a questão da diversificação das fontes de renda das famílias rurais pobres aparece no topo do tema central quando se trata de desenvolvimento rural no Brasil e no exterior.

UMA DISCUSSÃO SOBRE O MICROCRÉDITO RURAL AGROAMIGO E SUA RELAÇÃO COM A MELHORIA NA RENDA E QUALIDADE DE VIDA DOS SEUS BENEFICIÁRIOS

O Agroamigo como já foi ressaltado, trata-se de um programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar, interferindo também na sua qualidade de vida, utilizando-se da concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento, em algumas oportunidades a presença de profissionais da área nas próprias localidades dos pequenos produtores (Banco do Nordeste, 2012).

A principal fonte de recursos para realização dos empréstimos vem do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), porém, existe sim outras fontes de recursos como os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), da poupança rural, do orçamento geral da União, das exigibilidades bancárias, entre outras (Conti; Roitman, 2011).

A criação da metodologia de microcrédito rural recebeu influência direta do microcrédito urbano do próprio Banco do Nordeste por meio do Programa Crediamigo, passando a inspirar uma ação semelhante, só que adaptada as comunidades rurais. Os principais objetivos do programa são aumentar a renda familiar, criar novos empregos no meio rural, aumentar a oferta de alimentos para a população do campo e das cidades e melhorar a qualidade de vida da população rural (Matos et al, 2014).

Nestes grupos atendidos pelo Agroamigo estão incluídos todos aqueles que de alguma forma exploram parcela de terra, tanto na condição de proprietário, posseiro, arrendatário quanto parceiro; eles devem que morar na propriedade rural ou em local próximo; e obtenham no mínimo 50% da renda familiar da exploração do estabelecimento rural (Neri, 2012).

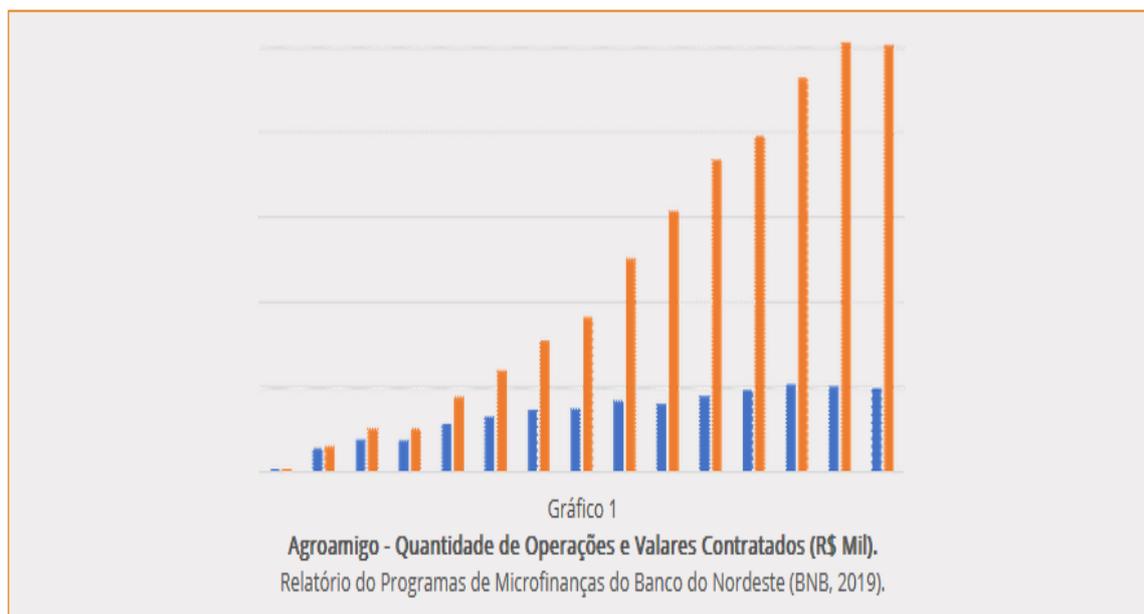
Para compreender de fato a real relevância destes programas de microcréditos é de suma importância dimensionar a importância da agricultura familiar para o país de uma maneira geral. Em outras palavras, o Censo Agropecuário de 2006 identificou que do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, 4.367.902 eram de agricultores familiares, o que acaba representando 84,4% dos estabelecimentos

brasileiros, sendo que a metade deles estava no Nordeste, são números bastante significativos e que mereciam atenção e investimento nesse sentido.

Portanto, para haver um desempenho econômico interessante dessa atividade é importante a implementação de assistência técnica e políticas públicas adequadas e direcionadas para esse público. Assim, o microcrédito tem se destacado como uma ferramenta de fomento da agricultura familiar, pois, especificamente para esse público sabe-se que existe enorme dificuldade na aquisição de crédito formal e isso interfere na expansão da capacidade produtiva dos pequenos agricultores.

A evolução do microcrédito pode ser contemplada na Figura 2. Considerando a evolução das operações e o montante liberado pelo programa Agroamigo nos exercícios de 2005 a 2019, foram contratadas 5.167.129 operações, totalizando mais de R\$ 17,3 milhões em valores aplicados no Nordeste brasileiro (Gráfico 1).

Figura 2: Evolução da cobertura do Agroamigo, por ano.



Fonte: Brito (2017)

O saldo acumulado das operações do Agroamigo até dezembro de 2019, no que se refere à quantidade de operações, está distribuído nos seguintes setores: Agricultura (13%), Pecuária (82%), Extrativismo (1%)

Todavia, é perceptivo que houve um aumento no volume de recursos contratados e operações realizadas principalmente se for observado a partir de 2012.

Esse comportamento pode ser explicado devido as alterações dos limites de concessão de crédito ocorridas ao longo do Programa, bem como por sua ampliação, em 2012, com a criação do Agroamigo Mais (Silva, 2006).

Diante disso, percebe-se que o volume de recursos contratados e o valor da produção agropecuária dos municípios, em especial nordestinos podem ser visualizados no quadro 1. É possível observar que a Bahia tem o destaque por ser o estado com o maior montante em termos de valores contratados e o que possui o maior valor da produção agropecuária.

Quadro 1: Volume de recursos e valor produção agropecuária (2005 a 2015).

UF	Volume de Recursos contratados (R\$ milhões)	Valor da Produção Agropecuária (R\$ milhões)
Alagoas	593	26.712
Bahia	1.969	185.405
Ceará	1.346	37.434
Maranhão	1.046	43.365
Paraíba	809	18.135
Pernambuco	1.105	52.270
Piauí	958	22.347
Rio Grande do Norte	581	18.272
Sergipe	400	18.066
Total	8.808	422.008

Além disso, outro dado que pode ser destacado é que, apesar de Alagoas e Rio Grande do Norte possuírem valores obtidos bem semelhantes, Alagoas teve uma produção que merece maior ênfase. Comportamento semelhante pode ser observado entre Maranhão e Pernambuco (Scheuer; Vassalo, 2019).

Em seguida, quando comparados os dados da Paraíba, de Sergipe e do Rio Grande do Norte, é possível ver que os três estados têm valores de produção parecidos, porém, os recursos contratados na Paraíba acabam sendo duas vezes maior que o de Sergipe e quase uma vez e meia maior que o do Rio Grande do Norte, significa que os recursos não impactaram de forma diferenciada na produção deste

primeiro estado, podendo ser por motivo de perda da produção, onde decorre de uma ineficiência ou mesmo da falta de habilidade na utilização e administração dos recursos (Schneider, 2020).

Portanto, desagregando os dados para uma análise individual dos empréstimos realizados dentro da carteira do Agroamigo, Aquino & Bastos (2015) confirmam que 43% das operações contratadas ao longo do Programa foram realizadas por mulheres, atingindo uma das metas estabelecidas pelo Programa, que consiste em promover a inserção produtiva deste grupo.

Além disso, outro fato que merece destaque é que, quase na sua totalidade, os recursos foram aplicados na pecuária, 74 % destes, sendo importante principalmente pelo objetivo do programa. Com agricultura recebendo 24% e as demais atividades sendo responsáveis por (2%). Na pecuária, os recursos também passaram a ficar mais concentrados na bovinocultura com 42,32% do total de financiamentos concedidos pelo Agroamigo, seguida pela suinocultura, avicultura e ovinocultura, com 12,24%, 11,15% e 10,60%, respectivamente (Valadares, 2021).

Mediante todos esses números, independentemente do estado em que foram alcançadas as famílias de uma forma geral são beneficiadas, elas conseguem um suporte para alavancar seus negócios, com uma baixa taxa de juros, prazo facilitado e principalmente melhora a qualidade de vida das pessoas (Schneider; Silva; Marques, 2004).

CONCLUSÃO

O AGROAMIGO tem crescido muito em sua base social, na proporção em que substituiu o PRONAF B quase que completamente, assegurado adimplência superior ao obtido em outras modalidades, mas não tem sido determinante para promover mudanças interessantes no espaço rural nordestino. Nesse sentido, os resultados do Programa passam a ser limitados devido ao isolamento institucional do seu principal gestor (BNB), não tendo a oportunidade de aproveitar parceiros importantes no plano local, bem como a necessidade de integração com outras políticas públicas indispensáveis para mudanças significativas na vida das pessoas no meio rural.

Essa metodologia por meio do microcrédito orientado e acompanhado do Programa conseguiu alcançar mais de 2,4 milhões de contratos e aplicou R\$ 5,6 bilhões. Além disso, conseguiu acalmar a crise de inadimplência que estava insistindo em prejudicar essa linha de microcrédito voltada para os agricultores familiares pobres do Nordeste.

Entretanto, não se pode ter uma certeza plena de que os recursos aplicados tenham sido capazes de modificar completamente a economia rural nordestina, haja vista que os financiamentos se concentram predominantemente na pecuária, mais precisamente na bovinocultura. Esses investimentos, apesar de sua importância no contexto regional, não são grandes contribuintes quanto a diversificação produtiva e não interferem tanto na redução da vulnerabilidade dos agricultores familiares pobres.

Os poucos estudos abrangentes realizados sobre a temática em questão, indicam que a renda dos agricultores familiares beneficiados pelo Programa durante um período de tempo maior, aumentou e conseqüentemente isso acarreta numa melhoria de qualidade de vida.

Como foi comprovado no estudo o microcrédito aparece com elementos suficientes para melhorar a qualidade de vida das pessoas, atualmente, como uma alternativa de grande eficácia para redução da pobreza no mundo e promoção do desenvolvimento econômico e social, podendo ser usada para combater o desemprego e ainda conseguir gerar renda, mostrando-se imbuído de valores sociais que enfatizam a valorização das pessoas pobres.

As políticas públicas de acesso a mercados representam para a Agricultura Familiar uma alternativa de suma importância para auxiliar no desenvolvimento, fortalecimento da identidade, oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias agricultoras, saindo da pobreza, elevando seu patamar.

Portanto, o país, que tem como objetivo político o desenvolvimento do mesmo, precisa de uma forma ou de outra concentrar melhor seus esforços no intuito de promover o bem-estar e qualidade de vida de sua população, sendo assim, a pobreza deve ser um dos problemas que precisam ser priorizados pela agenda política. Assim,

o microcrédito aparece como principal alternativa para os pequenos empreendedores.

REFERÊNCIAS

ALICE, L.; RUPPENTHAL, J. E. Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. **GEPROS**. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Ano 7, nº 1, janmar/2012, p. 23-34.

AMARAL, C. **Microfinanças e produção sustentável nos ambientes costeiro e marinho no Brasil**: possibilidades e desafios: estudo realizado a partir de solicitação da Agência Costeira. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca>>. Acesso em: out. 2022.

AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul./2015.

ARAÚJO, Maria Eduarda Dias de. Uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Campina Grande-PB. **Dissertação**. Campina Grande-PB 2018.

BANCO DO NORDESTE. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: relatório de resultados 2011 / Banco do Nordeste. – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

BNB. **Programa Agroamigo**. Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: out 2022.

_____. **Relatório anual e balanço social**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: out, 2022.

BRITO, Volnandy de Aragão. Efeitos socioeconômicos do Agroamigo: Uma Estratégia de Fortalecimento da Agricultura Familiar no estado de Sergipe. **Tese**. São Cristóvão – SE março de 2017.

CACCIAMALI, M. C.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J. O setor de microfinanças e as políticas de microcrédito no Brasil. In: MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 17-34. (Capítulo 1).

CARVALHO, Diana Mendonça de. O Agroamigo (Pronaf B): Aspectos Operacionais no Nordeste Brasileiro. **Geopauta**, Vitória da Conquista, ISSN: 2594-5033, V. 4, n.3, 2020, p.(132-152).

LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Gabriel Almeida MILHOMEM; Matheus Miranda MARINHO; Carlos Cicinato Vieira MELO; José ANDRÉ JUNIOR; Nícolas Oliveira de ARAÚJO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MAIO - Ed. 62. VOL. 02. Págs. 315-335. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

CONTI, B. M. d.; ROITMAN, F. B. Pronaf uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, v. 35, p. 131–168, 2011.

GUEDES, Alexandre Augusto Alves. Financiamento da Agricultura Familiar – análise das dificuldades de acesso ao PRONAF. **Dissertação**. Recife, janeiro de 2016.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva, et al. O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do semiárido. **Revista do BNDES** 37, junho 2012.

MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre a evolução e futuros desafios. São Paulo: IDT, USP, 2014.

MOTA, W. L. & SANTANA, J. R. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza do Nordeste: uma avaliação a partir do programa crediamigo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n.3, p. 25-48, 2011.

NERI, M. C. **Microempresários Nordestinos Rurais e Impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro, 2012. 221 p.

PRONAF. Relatório de Avaliação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. **Ciclo CMAP**, 2020.

SANTIAGO, E. G. Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos. In: MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 55-73. (Capítulo 3).

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; Cazella, Ademir Antonio; Mattei, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar **Revista grifos**, vol. 30, núm. 51, 2020.

SCHEUER, Junior Miranda; VASSALO, Miguel. Análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Município gaúcho de Roque Gonzales, Brasil. **Rev. Geogr. Acadêmica** v.13, n.1 (vii.2019).

SILVA, Fernanda Faria, 1978-Distribuição de crédito para agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. **Dissertação**. Uberlândia, 2006.

SILVA, R. V. M. **Disseminação de programas públicos de microcrédito**: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Gabriel Almeida MILHOMEM; Matheus Miranda MARINHO; Carlos Cicinato Vieira MELO; José ANDRÉ JUNIOR; Nícolas Oliveira de ARAÚJO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MAIO - Ed. 62. VOL. 02. Págs. 315-335. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

VALADARES, Alexandre. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** uma revisão bibliográfica (2009-2019). Rio de Janeiro, novembro de 2021.

LINHA DE CRÉDITO RURAL: UMA EXPLANAÇÃO SOBRE O PROGRAMA AGROAMIGO DESTINADO A AGRICULTORES FAMILIARES ENQUADRADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF). Gabriel Almeida MILHOMEM; Matheus Miranda MARINHO; Carlos Cicinato Vieira MELO; José ANDRÉ JUNIOR; Nícolas Oliveira de ARAÚJO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE MAIO - Ed. 62. VOL. 02. Págs. 315-335. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.